



Clara Daniele Moura de Sousa*
Benedito Carlos dos Santos Mesquita**

RESUMO

A presente pesquisa interpela a importância da memória na filosofia política contemporânea, especialmente a partir das reflexões de Hannah Arendt. A autora sustenta que o esquecimento histórico enfraquece e compromete a ação política no espaço público. Hannah Arendt defende que a memória é essencial para compreender o passado, sustentar o presente e evitar a repetição de regimes autoritários. A política do esquecimento, muitas vezes institucionalizada, silencia eventos traumáticos, como as ditaduras, apagando lutas e resistências populares. O espaço público, segundo Arendt, é o local onde os indivíduos revelam sua singularidade (o “*quem*”), por meio da ação e do discurso, de modo que é possível construir a sua imortalidade política. A memória coletiva, portanto, deve ser preservada e transmitida como patrimônio político e identitário. O texto critica práticas como a anistia e o revisionismo histórico, que favorecem o esquecimento e a manipulação dos fatos. A rememoração, por outro lado, fortalece a democracia e dá voz às vítimas da repressão. Em tempos de negacionismo e *fake news*, o resgate da memória histórica se torna um ato de resistência e afirmação da verdade, da justiça e da dignidade. Assim, o combate ao esquecimento é também uma luta pela preservação da liberdade e do espaço público democrático.

Palavras-chave: Filosofia Política. Política do esquecimento. Espaço público.

Political philosophy: the importance of memory in the public space from the perspective of Hannah Arendt

ABSTRACT

This study examines the significance of memory within contemporary political philosophy, particularly through the lens of Hannah Arendt’s theoretical framework. Arendt argues that historical amnesia undermines democratic institutions and compromises political agency within the public sphere. She posits that memory is fundamental to understanding the past, sustaining the present, and preventing the recurrence of authoritarian regimes. The politics of forgetting often institutionalized serves to obscure traumatic events such as dictatorships, thereby erasing collective struggles and resistance. According to Arendt, the public sphere is where individuals disclose their singularity (the “*who*”); through action and speech, one can achieve a form of political immortality. Collective memory, therefore, must be preserved and transmitted as a political and identity-based heritage. The text critiques mechanisms such as amnesty and historical revisionism, which enable the manipulation and erasure of historical facts. Conversely, remembrance strengthens democratic values and restores agency to victims of repression. In an era marked by denialism and the proliferation of disinformation, the recovery of historical memory becomes an act of resistance and a reaffirmation of truth, justice, and human dignity. Thus, resisting collective forgetting emerges as a crucial endeavor for safeguarding freedom and the integrity of the democratic public sphere.

Keywords: Political Philosophy. Politics of Forgetting. Public Space.

* Mestre em Filosofia Contemporânea pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Pós-Graduada em Direito Penal e Trabalho pela Facuminas. Pós Graduada em Direito Digital pela Famart. Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: clsousaadv@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8400920012665054>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-1660-7965>.

** Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (PPGFIL/UFPI). Graduado em Filosofia (Bacharelado) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Graduando em Filosofia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Leonado da Vinca. Graduado em História, com especialização em Ensino de História, ambas pela Faculdade La Educação. E-mail: benedito_15k@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4567439364213548>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4399-0107>.

1 Introdução

Nos últimos anos, presenciamos o ressurgimento do autoritarismo em democracias que já vivenciaram ditaduras e regimes totalitários. Esses acontecimentos nos levam a refletir sobre o que está ocorrendo na esfera pública, onde indivíduos utilizam o direito à liberdade de expressão para pedir a volta das ditaduras e, ao mesmo tempo, fazem ameaças às instituições que sustentam o pilar democrático. É possível perceber um esquecimento dos fatos históricos que ocorreram, como perseguições, restrições à liberdade de expressão, torturas e ocultação de cadáveres. Não obstante, o mais grave é a negação dos fatos históricos e a distorção de eventos que marcaram a vida de pessoas que foram perseguidas ou torturadas.

Quando pensamos a política, não podemos desvincular a memória do espaço público. É por meio da memória que se torna possível conservar esse espaço e compreender as atrocidades cometidas no passado e nos prevenir para que não voltem a acontecer. Quando a memória é deixada de lado, o sentido da política desaparece, pois nela estão contidas as lembranças daqueles homens e mulheres que lutaram e deram suas vidas pelo bem comum. Diante do exposto, é preciso compreender que o esquecimento da memória ocorre por dois motivos. O primeiro acontece quando a comunidade política tenta tratar o passado como algo que deve ser esquecido, acreditando que um novo começo não precisará rememorar o que já aconteceu. O segundo ocorre quando o espaço público tenta apagar as memórias por meio da negação de fatos verídicos ou, melhor dizendo, quando coloca esses fatos sob dúvida. Quando acontecem ambas as formas, corre-se o risco de repetir o que ocorreu no passado, ainda que de maneira diferente.

Trazer essa abordagem sobre a memória ligada à política é lançar um olhar minucioso para os processos individuais e coletivos que estão no centro de sobejas polêmicas sobre o que pode ou deve ser lembrado ou esquecido na sociedade. Resgatar a valorização e a preservação da memória é reconhecer sua importância para a política em seu processo de desenvolvimento do *Amor Mundi*, termo utilizado por Hannah Arendt. Esses processos de conservação e preservação já atuam, no entanto, existem também mecanismos políticos que colaboram para limitar ou apagar essas memórias.

No século passado, a humanidade presenciou uma das maiores barbáries já ocorridas: os regimes totalitários, que se utilizaram de mecanismos de perseguição e eliminação de judeus, ciganos e outros grupos considerados inimigos objetivos. Compreendemos que a preservação do espaço público não se resume apenas à garantia da liberdade, mas também à preservação das memórias de todos aqueles que, por meio da ação e do discurso, buscaram a felicidade pública.

Não obstante, existe um grande risco quando deixamos determinados fatos no campo do esquecimento sob a justificativa de que “é melhor não lembrar” ou de que “política não se discute”. Quando lançamos esses fatos ao esquecimento, certas eventualidades tendem a se repetir, muitas vezes, com maior vigor. Além disso, quando deixamos de debater política, corremos o risco de sermos governados por pessoas que utilizam o medo e o autoritarismo como instrumentos de poder. A defesa arendtiana aponta para o aperfeiçoamento do espaço público como garantia da liberdade e da preservação da memória em qualquer sistema político.

Diante do exposto, podemos atualizar esse pensamento para o sistema democrático em que vivemos. Tendo em vista que a democracia possui o papel de salvaguardar a memória na política como forma de impedir o esquecimento das práticas de violência utilizadas pelas ditaduras e pelos regimes totalitários, podemos nos perguntar: qual é a importância da memória para a filosofia política contemporânea? A partir dessa questão, busca-se resgatar o sentido da política, que se concretiza na participação de todos por meio da ação e do discurso. Neste artigo, propomos uma reflexão sobre como a memória integra a política e como, ao ser incorporada a ela, torna-se causa e motivo de luta para todos aqueles que almejam alcançar a felicidade pública e a imortalidade.

2 Política e esquecimento: a memória em risco

Em quase todos os países do mundo, já se presenciou golpes de Estado, ditaduras ou regimes totalitários, o que leva a política desses países à perda de sentido sobre o que ela de fato representa. Diante disso, quando essas nações atravessam momentos conturbados de sua história, muitas tentam apagar o passado marcado por sofrimento, relegando esses fatos históricos ao esquecimento. Todavia,

embora existam traumas que sejam difíceis de recordar, tais acontecimentos precisam ser trazidos à luz do espaço público.

É no espaço público que se torna possível perceber as tensões que acompanham a condição humana: onde há ação humana, há também imprevisibilidade; na ausência dela, prevalece o individualismo. Onde há pluralidade, existe a possibilidade do autoritarismo; onde há vida, há também a presença da morte. Esses elementos dependem de quem ocupa o espaço público, pois a ação humana é, por natureza, imprevisível¹. Por essa razão, toda ação deve estar sob o olhar do outro que nos observa. Quando estamos inseridos na comunidade, somos julgados pelos demais: não se trata, porém, de uma condenação, mas de um julgamento construído a partir das ações e discursos proferidos. Esse julgamento se constitui com base em valores e padrões compartilhados pela comunidade.

Os seres humanos podem agir como seres políticos porque conseguem assumir o ponto de vista uns dos outros; podem compartilhar o mundo uns com os outros por intermédio do julgar aquilo que é tido em comum, e os objetivos de seus juízes enquanto seres políticos são as palavras e os atos que iluminam o espaço das aparências (Arendt, 1994, p. 88).

É no espaço das aparências que podemos compreender a história. Para nossa autora, o período da modernidade é marcado pelo esquecimento da política, em razão do crescimento dos meios tecnológicos de violência, como a bomba atômica e os produtos químicos. Soma-se a isso o papel dos regimes totalitários, tanto de esquerda quanto de direita, que se configuram como instâncias-limite, em decorrência da transformação estrutural da esfera pública, a qual passou a se constituir como um espaço de trocas econômicas em uma sociedade consumista e individualista. Essas são características que a autora julga pertinentes às sociedades modernas, capitalistas e democráticas. Compreendemos que, quando o espaço público se torna

¹ Vale ressaltar que, na obra *A Condição Humana* (1958), Arendt (2020, p. 293) apresenta os conceitos de promessa e perdão como remédios para a irreversibilidade e a imprevisibilidade dos processos iniciados pela ação humana. Para a autora: “O remédio para a imprevisibilidade para a caótica incerteza do futuro, está contido na faculdade de prometer e cumprir promessas. As duas faculdades formam um par, pois a primeira delas, a de perdoar, seve para desfazer os atos do passado, cujos ‘pecados’ pendem como espada de Dâmocles sobre cada nova geração; e a segunda, o obrigar-se através de promessas, serve para instaurar no futuro, que é por definição um oceano de incertezas, ilhas de segurança sem as quais nem mesmo a continuidade seria possível nas relações entre os homens – para não mencionar todos tipo de durabilidade”.

um mero espaço econômico, individual e consumista, ele se transforma em um ambiente hostil ao debate político e, mais ainda, à preservação da memória.

A fabricação, mas não a ação ou a fala, sempre implica meios e fins: de fato, a categoria de meios e fins obtém sua legitimidade de esfera do fazer e do fabricar, em que um fim claramente reconhecível, o produto final determina e organiza tudo que desempenha um papel no processo-o material, as ferramentas e apropria atividade e mesmo as pessoas que dele participam. Tudo se torna meros meios dirigidos para o fim e justificados como tais. Os fabricantes não podem deixar de considerar todas as coisas como meios de seus fins, ou conforme seja o caso, julgando todas as coisas por sua utilidade específica (Arendt, 2020, p. 269).

É nesse sentido que a abordagem da memória se torna um instrumento de grande valor para adentrar o espaço fronteiro existente entre o que é transmitido oficialmente sobre o passado e o que realmente ocorreu. Dito isso, as memórias transmitidas são construídas em um espaço liminar entre realidade e ficção, dada a variação temporal entre os fatos e o acervo, sem contar a perspectiva particular de quem as transmite em cada época.

Esta ficcionalização da realidade permite-nos compreender a força que a memória tem na nossa sociedade, bem como a capacidade que essa consciência do vivido tem que transmitir uma apresentação seletiva do acontecimento que se confunde com os interesses e necessidades de cada pessoa que realiza o ato de lembrar (Martín, 2024, p. 28, tradução nossa).

Por isso, devido à capacidade que a memória tem de nos aproximar do passado e do presente, ela permite uma reconstrução constante dos acontecimentos, apresentando-se como a chave de um processo que ocorre no espaço público e que precisa ser contínuo, uma vez que: “A memória opera a partir de um processo seletivo e pode se tornar uma arma política para as vítimas de guerras e genocídios, em que o esquecimento estabeleceu sua hegemonia” (Araújo; Santos, 2007, p. 96).

Ora, esse conceito de memória torna-se especialmente relevante em países que vivenciaram ditaduras e regimes totalitários. O ato de recordar envolve dois pontos de vista: o primeiro consiste em compreender que o espaço público é um local de decisões; entretanto, trata-se de um espaço sensível, no sentido de que decisões mal tomadas podem levar à perda da dignidade. O segundo ponto refere-se ao papel da memória em ressaltar o heroísmo de homens e mulheres que se dedicaram à luta e à resistência política. Esse heroísmo pode ser observado em muitos momentos

dramáticos da nossa história recente, como os horrores cometidos pela Alemanha nazista.

Para Jay Winter (2010, p. 65, tradução nossa), com o passar do tempo, o ato de olhar para as brutalidades cometidas no passado aparentemente perde sentido. Essa perda ocorre quando a política do esquecimento gradativamente ocupa espaço na esfera pública e tenta encontrar justificativas para esvaziar ou minimizar as atrocidades cometidas, mesmo nos locais onde os fatos históricos ocorreram, tornando a memória difícil de ser apreendida e simbolizada. Segundo o autor:

Locais de memória do Holocausto – particularmente campos de concentração e extermínio, mas também locais onde os judeus viveram antes da Shoah – não poderiam ser tratados da mesma forma que os locais onde homenageou aqueles que morreram nas duas guerras mundiais [...]. A primeira dificuldade reside na necessidade de evitar sinais cristãos para representar a catástrofe judaica. A segunda foi a rejeição das observâncias judaicas da arte representante, seja proibido ou resistido na Tradição ortodoxa judaica. A terceira foi a ausência de qualquer senso de elevação, de significado, de propósito. nas mortes das vítimas. Aqueles que morreram em Holocausto, eles podem ter afirmado a sua fé dessa forma, mas qual é o significado da morte de um milhão de crianças? Até certo ponto, suas mortes não significaram nada e, portanto, o Holocausto não teve sentido. Não representar nada se tornou um desafio (Winter, 2010, p. 65, tradução nossa).

A memória, aliada à política, traz à cena o passado coletivo² como um fenômeno histórico, mas também filosófico, que nos aponta onde o ser humano deixou de refletir sobre a essência da política e da própria condição humana. A memória consegue questionar aquilo que não pode existir em uma identidade individual ou coletiva sem o pilar da história. Sem ela, não há base material para olharmos para o presente, e corremos o risco de nos manter no mundo da utopia, acreditando que desastres políticos como ditaduras e regimes totalitários — entre outros que assombraram a humanidade — nunca acontecerão.

A memória política deve ser utilizada por meio de instrumentos de ações públicas³. Vale ressaltar que “a memória, portanto, não pode ser reduzida a

² Para Michel (2010, p. 15), “essas narrativas se orientam a supostamente unir membros de uma sociedade ao redor de uma história comum, mesmo se essas configurações narrativas dizem mais sobre a maneira pela qual o poder se coloca em cena e seus valores do que propriamente sobre a memória coletiva sobre a qual supostamente se apoiaria”.

³ Patrick Le Galès e Pierre Lascombes (2004, p. 13, tradução nossa) apontam que o instrumento de ação pública é fundamental no espaço público pois ele se caracteriza como “um dispositivo ao mesmo tempo técnico e social que organiza as relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários em função das representações e significações que trazem consigo”.

instrumento político; ela excede as tentativas de controle” (Araújo; Santos, 2007, p. 10). Trazer a memória para o espaço público é manter as lembranças para as gerações futuras. No entanto, quando a memória política passa a ser usada como instrumento de um determinado partido, surgem dois riscos. O primeiro é a história ser distorcida, como fizeram os nazistas, criando instabilidade entre o que é real e o que é ficção. O segundo é a política do esquecimento, isto é, a tentativa de apagar o passado sombrio, impedindo que as pessoas desenvolvam um pensamento crítico sobre o presente, fenômeno que ocorre com frequência mesmo em países democráticos.

Como instrumentos de poder, memória e esquecimento têm sido utilizados por governos diversos, sejam eles totalitários ou democráticos, que têm o objetivo de alcançar controle político sobre forças antagônicas. O esquecimento, portanto, também tem sido uma estratégia política utilizada por governos democráticos em determinados períodos. Esses exemplos são importantes porque eles nos mostram que as associações entre memória, autonomia e liberdade, por um lado, e esquecimento e autoritarismo, por outro, não podem ser generalizadas (Araújo; Santos, 2007, p. 100).

A política do esquecimento busca apagar aquilo que foi legitimado por uma memória oficial (neste caso, os fatos históricos documentados), mesmo em regimes democráticos. A tentativa de apagar a memória é estratégica para quem está no poder, pois, uma vez que a população perde a lembrança desses acontecimentos, ocorre um efeito desmobilizador das lutas sociais, que foram fundamentais para a consciência política e para a construção da memória coletiva.

Dentro do espaço público existem duas lutas: uma visível e outra menos visível, mas igualmente fundamental para a primeira. A primeira refere-se à conservação do espaço público, ou seja, à ocupação dos lugares de fala e de ação. A segunda é a luta contra o esquecimento da memória construída pelas classes populares, sobretudo pelas lideranças políticas. É na segunda que homens e mulheres se empenham para não serem apagados pelo esquecimento.

O homem que deixa assim devorar pelo esquecimento tudo que acontece, não é capaz de ação, de êxito, de ócio agradável, de *skolé*. Não é capaz sequer da vida social... Mais ainda, além de não se pode efetuar todas essas totalizações, também não se pode constituir a si mesmo como uma identidade. Pois o homem que se deixa assim devorar pelo esquecimento, está, pois, em seu próprio ser, entregue a descontinuidade (Foucault, 2011, p. 419).

Segundo Connerton (1999, p. 4), a experiência da memória coletiva é fulcral, visto que “as nossas experiências do presente dependem, em grande medida, do conhecimento que temos do passado que as nossas imagens do passado servem para legitimar a ordem social vigente”. Ora, seguindo a ideia do autor, as nossas experiências do presente estão ligadas às situações do passado⁴, em virtude de “viveremos nosso presente de forma diferente conforme os diferentes passados com que podemos relacioná-lo” (Connerton, 1999, p. 2). Destarte, “a memória coletiva só retém do passado aquilo que está vivo ou consegue viver na consciência do grupo que a mantém, ou seja, a memória de uma sociedade tem o limite da duração dos grupos” (Ansara, 2001, p. 48).

Nesse sentido, o processo de preservação da memória política torna-se uma verdadeira luta contra o esquecimento, que muitas vezes remete ao debate sobre a necessidade de conservar a “memória política” em oposição às “políticas de esquecimento” estabelecidas por ditaduras e regimes totalitários ao longo dos anos. O grande desafio de refletir sobre memória política é considerar as demandas dos movimentos que lutam pela preservação e construção de uma memória que possa ser transmitida às gerações futuras não como sinal de vergonha, mas como demonstração de que a política e o espaço público são deveres de todos os cidadãos, por meio de seus discursos, manifestações e celebrações.

Dito isso, é preciso detalhar cinco tipos ideais de esquecimento: esquecimento-omissão, esquecimento-negação, esquecimento-manipulação, esquecimento-comando e esquecimento-destruição. Vale ressaltar que apenas os três últimos estão vinculados a uma política pública de esquecimento. Para Michel (2010, p. 24):

É mais difícil, ao contrário, falar de política pública do esquecimento ou de política pública de anti-memória para os dois primeiros tipos de esquecimento, à medida que a ocultação do passado não advém necessariamente de intenções voluntárias por parte dos atores públicos. Sem uma decisão pública claramente identificável, sem o projeto deliberado de passar ao silêncio alguns acontecimentos históricos, o esquecimento não pode se traduzir como política do esquecimento.

⁴ Vale salientar que a memória desempenha um papel importante ao proporcionar profundidade ao passado para a compreensão dos acontecimentos presentes e, ao mesmo tempo, ao oferecer uma síntese dos momentos passados, conferindo espessura ao presente. Hannah Arendt (2016, p. 31-32) adverte que “o ponto em questão é que o ‘acabamento’ que de fato todo acontecimento vivido precisa ter nas mentes dos que deverão depois contar a história e transmitir seu significado deles se esquivou, e sem este acabamento pensado após o ato e sem a articulação realizada pela memória, simplesmente não sobrou nenhuma história que pudesse ser contada”.

Quando a política do esquecimento é institucionalizada, torna-se ainda mais difícil conservar a memória, pois aqueles que estão no poder passam a ditar versões falsas sobre o que realmente aconteceu. Surgem, assim, iniciativas de distorção, muitas vezes conduzidas por agentes públicos em decorrência de suas orientações políticas. O mais assombroso é que esses mesmos agentes podem se tornar “empreendedores de memória”⁵, traduzindo as ocultações memoriais em problemas públicos memoriais. O mentiroso, ao ocupar o espaço público e perceber que a população não se importa com o bem comum, acaba abusando de sua liberdade de expressão, pervertendo-a e moldando os fatos de acordo com seus objetivos ideológicos. Ricoeur (2007, p. 80) aponta que o mentiroso se utiliza de uma memória artificial:

Para a memória artificial tudo é ação, nada é paixão. Os lugares são soberanamente escolhidos, sua ordem oculta a arbitrariedade de sua escolha, e as imagens não são menos manipuladas que os lugares aos quais são destinados. Duplo desafio pois: do esquecimento e do ser-afetado.

Um exemplo claro que podemos apontar é a fala do ex-presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, em uma entrevista concedida ao jornalista José Luiz Datena, exibida pela TV Bandeirantes na tarde do dia 27/03/2019. Ele afirmou: “Onde você viu no mundo uma ditadura entregar para a oposição de forma pacífica o governo? Só no Brasil, então não houve ditadura”. E mais adiante na entrevista defendeu que: “Nunca tivemos, nas Forças Armadas, uma política de estado repressiva dessa forma que tentam o tempo todo botar na nossa conta. [...] Eu não quero dizer que foi uma maravilha, regime nenhum [é uma maravilha]. De vez em quando tem um probleminha” (Datena, 2019).

Em face do exposto, denota-se que preservar a memória do período em que o Brasil esteve sob ditadura militar é fazer parte de uma luta que busca o esclarecimento das mortes e desaparecimentos políticos ocorridos no período. Podemos nos perguntar: por que essa dissimulação narrativa se tornou mais frequente nas últimas

⁵ Esse termo é utilizado por Michel (2010, p. 19) que afirma que “empreendedores de memória para designar os grupos ou os indivíduos que tentam impor representações e normas memoriais no interior do espaço público e político. É essencial distinguir, de acordo com os casos estudados, a posição ocupada pelos empreendedores da memória, seja aqueles pertencentes a sociedade civil ou os que fazem parte do aparelho de produção de políticas públicas, ou os que se situam entre uma condição e outra”.

eleições? A resposta é simples: isso ocorre devido à ausência ou escassez de lugares de memória, como adverte F. Saillant (2007, p. 459, tradução nossa):

O Estado brasileiro erigiu pouquíssimos monumentos e museus públicos relativos à escravidão. A exceção do busto erigido no Rio de Janeiro em memória de Zumbi, símbolo da resistência expressa no Quilombo de Palmares, e de alguns museus especificamente dedicados à realidade afro-brasileira, é preciso constatar, infelizmente, o silêncio institucional sobre a escravidão no espaço público.

Não se trata de negar que os acontecimentos de um determinado período ou os abusos tenham existido, mas sim de utilizar os instrumentos públicos para promover o esquecimento. O processo de esquecimento político ocorre quando se reconhece que algo aconteceu, mas se busca apagar dessa memória a lembrança de datas importantes ou distorcer a história, como ocorreu no Brasil durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Fazer o povo recordar o passado representa um risco para o governante, pois convida à reflexão sobre o tempo presente, sempre em vinculação com o passado, e isto pode interferir no processo de coesão nacional. Em razão disso, as autoridades públicas reivindicam, de forma solene, que esse passado não seja lembrado.

Além dos vazios narrativos nos discursos oficiais, os lugares amnésicos, a ausência de comemorações, os poderes públicos podem usar-se de instrumentos de esquecimento que não buscam mascarar a tentativa de dissimulação, mas assumem e reivindicam claramente a necessidade de esquecimento. [...] Comandar, manobrar, agir formalmente em prol do esquecimento vincula-se a uma prerrogativa dos poderes públicos que, em geral, se servem de instrumentos legislativos ou regulamentários para esse fim. Nesse sentido, se pode dizer que o esquecimento é decretado em nome da paz civil (Michel, 2010, p. 20-21).

Dessarte, no Brasil, o processo de esquecimento transcende a mera negligência em relação às datas significativas ou a disseminação de narrativas falsas sobre a ditadura militar. Ele também se manifesta em medidas institucionais, como a anistia⁶ concedida pelo Congresso, que deixa de responsabilizar aqueles que

⁶ A anistia demonstra a falta de respeito com a memória daqueles que se dedicaram para que a política e o bem público pudessem ser usufruídos por todos. “O comando do esquecimento conserva assim uma afinidade profunda com o instrumento jurídico da anistia. Em princípio a anistia age apenas sobre a anulação de penas e perseguições criminais, trata-se, portanto, de esquecer o caráter passível de punição de um ato. De fato, o uso político da anistia em decorrência de graves perturbações que afetam a nação se aproxima frequentemente do sentido de amnésia coletiva. Dito de outra forma, em

cometeram crimes. Tal mecanismo contribui, simultaneamente, para o apagamento da memória daqueles que lutaram pela promoção da felicidade pública, configurando uma tensão entre a preservação histórica e os interesses políticos de certas instituições.

A anistia coloca fim aos processos em curso e suspende todas as penalidades. Trata-se de um esquecimento jurídico limitado, mas de vasto efeito à medida que, ao se parar um processo, equivale apagar a memória em sua expressão atestatória e logo dizer que nada se passou (Ricoeur, 2000, p. 588).

A memória deve estar alicerçada na efetivação da participação política, que se manifesta nos espaços de luta cotidiana, sempre conferindo ao conhecimento do passado uma dimensão relevante para as lutas atuais. A ação e o discurso são de fundamental importância nesses espaços de participação política, pois constituem meios eficazes para compreender e criticar o passado, bem como para resistir ao autoritarismo, à violência e à repressão. Somente as memórias “[...] se contrapõem ao caráter destruidor, unificador e opressor da memória coletiva nacional. [...]”, ou seja, “a memória entra em disputa” (Pollak, 1989, p. 4).

3 Espaço público e a revelação do *quem*: a imortalidade da memória

A pluralidade dos homens tem por base a ação e o discurso, que se manifestam no espaço público. Arendt afirma que o termo “público” indica dois fenômenos profundamente convergentes, mas não idênticos. O primeiro se refere ao aparecimento do sujeito diante dos demais; nesse aparecimento, ele pode ser visto e ouvido. É nesse espaço público que o indivíduo compartilha suas experiências e memórias. Uma vez compartilhadas, elas permanecem vivas para as gerações futuras. O segundo fenômeno significa aquilo que é comum a todos, sendo que cada indivíduo mantém sua singularidade. Nesse espaço público ocorrem as deliberações políticas e as ações humanas em busca da felicidade pública.

decretando o esquecimento das penas e atos criminais, as autoridades políticas levam por vezes ao esquecimento dos fatos em si mesmos” (Michel, 2010, p. 20-21).

Sem embargo, esse espaço da fala e da ação carrega um peso de responsabilidade pelo bem público, pois as ações são imprevisíveis devido ao fato de vivermos em um mundo comum e:

[...] não podemos prever plenamente as consequências de nossas ações, e isto não se deve a uma deficiência cognitiva, mas sim a um certo grau de imprevisibilidade de toda ação, haja vista que, por estarmos inseridos em uma rede de relações, onde toda ação gera reações, não podemos saber integralmente qual o resultado do processo irreversível que desencadeamos no mundo (Torres, 2007, p. 241).

O espaço público, sendo plural, é público e, por ser de todos, deve ser preservado por meio da ocupação, da ação e do discurso. “O problema político não é o do bem comum, mas o do bem público, ou politicamente, apenas o bem público é um bem comum” (Tassin, 1992, p. 36, tradução nossa). O espaço público é um espaço sagrado para aqueles que desejam manifestar o seu *quem*, que vem à luz quando os homens e as mulheres agem e falam em conjunto. O *quem* é a forma espontânea do indivíduo de se lançar para coisas públicas, e jamais desperta fora do domínio público, porquanto advém das teias de relações. Esse *quem* pode ser entendido como uma espécie de *daimon*.

Esse *daimon* que não tem nada de demoníaco em si, é um elemento pessoal num homem, só pode aparecer onde existe um espaço público; este é o significado mais profundo do âmbito público, que se estende muito além do que entendemos comumente por vida política (Arendt, 2008, p. 82, grifo nosso).

O *quem* é a expressão da singularidade humana que se revela diante de outras pessoas. A sua manifestação acontece por meio da ação no seu espaço apropriado (a esfera pública), e demonstra que se trata de uma face diferente do *que*⁷ nós somos. “No processo de revelação do *quem*, não é apenas quem somos revelados, mas também o mundo. Parte fundamental do nosso aparecer se efetiva exatamente de como o mundo aparece” (TCHIR, 2017, p. 4, tradução nossa). A espontaneidade do *quem* possibilita dois momentos: ocupar os espaços públicos, principalmente em

⁷ Na obra *A condição humana*, Arendt narra que a “revelação de “quem” se contrapõe ao “que” alguém é” (2020, p. 222). Em outras palavras, a autora quer mostrar o *quem* como ser único e insubstituível. Já o *que* é um ser dotado de características que compartilha com o outro. O *quem* se revela no espaço público por meio da ação e determina *quem sou*. O *que*, ao contrário, determina o *eu sou*: trata-se dos dons, talentos e defeitos.

tempos difíceis e oportuniza a imortalidade no espaço público, deixando um legado para as gerações futuras. Aqui, as memórias são transmitidas e escritas. Para Decca (1992, p. 134-135) a “memória histórica está definitivamente datada, ainda que possa ressurgir em nome de outras bandeiras e outras lutas” e “está ligada a afirmação do Estado Nacional e até muito recentemente era controlada pelos jogos insidiosos do poder que estabeleciam a história oficial”.

Quando nos deparamos com os nomes de pessoas que deram suas vidas pela felicidade pública, percebemos que elas se imortalizaram no espaço público e na história. Para Arendt, imortalidade significa continuidade no tempo, uma “vida sem morte”, ou seja, a persistência através da memória daqueles que irão narrar suas histórias. O desejo de imortalidade remonta aos gregos, que se preocupavam em não serem esquecidos na *polis*. Por isso, os homens ingressavam na esfera pública, na esperança de que algo de seu permanesse vivo e jamais fosse apagado pelo tempo. Como está escrito no cântico IX da *Ilíada* (2015, p. 250): “Se eu voltar para casa, levarei a vergonha, mas se ficar e lutar, terei a *kleos aphthiton* —, morte imortal”.

A imortalidade a que nos referimos não é de caráter divino, mas alcançada por meio dos feitos dos homens e das mulheres através da revelação do “quem”. Ela também se apresenta como a capacidade de homens e mulheres serem heróis de seu tempo, garantindo que a história sempre os lembrará. Em outros termos,

Só podemos saber quem alguém é ou foi se conhecermos a história da qual ele é o herói – em outras palavras, sua biografia; tudo o mais que sabemos a seu respeito, inclusive a obra que ele possa ter produzido e deixado atrás de si, diz-nos apenas o *que* ele é ou foi (Arendt, 2020, p. 230-231).

Para Arendt, a figura do herói não se revela no espaço privado, mas sim quando o indivíduo se apresenta no espaço público. A perpetuação da memória de um herói depende de que sua trajetória seja transmitida às gerações futuras, garantindo a continuidade histórica de seus feitos. O verdadeiro herói, segundo essa perspectiva, não necessita de atributos extraordinários, mas da capacidade de agir e se revelar no espaço público de forma que suas ações possam inspirar reflexão e responsabilidade coletiva.

A disposição para agir e falar, para inserir-se no mundo e começar uma história própria. E essa coragem não está necessariamente, nem principalmente, associado à disposição para arcar com as consequências; a

coragem e mesmo a audácia já estão presentes no ato de alguém que abandona seu esconderijo privado para mostrar quem é, desvelando-se e exibindo-se a si próprio (Arendt, 2020, p. 231).

Partindo dessa argumentação, depreendemos que o processo de memória se torna decisivo na fundação da política. Quando realizamos a anamnese de determinado fato passado, percebemos que a política pode ser remodelada, e aqueles que se dedicaram a ela recebem a coroa da glória da imortalidade. Ao rememorarmos aqueles que doaram suas vidas pelo bem público, estamos nos referindo a uma imortalidade preservada na história e na política. Essas pessoas são os verdadeiros heróis, ainda que não disponham de atributos extraordinários. Esses heróis demonstraram coragem e a “disposição para agir e falar, para inserir-se no mundo e começar uma história própria” (Arendt, 2020, p. 231).

No espaço público, é possível escutar suas vozes ressoando no interior daqueles que as ouviram, e suas ações revelam que é possível recomeçar aquilo que não deu certo. É por isso que a história tem a responsabilidade de registrar quem foram essas pessoas. Entretanto, a normalização da política frequentemente tenta sacrificar a memória do “outro” ou apagar seus traços de legitimidade, mesmo que, “ainda que o consenso faça referência à memória, não consiga praticá-la, tampouco pode expressar seus tormentos, a única via de acesso e liberação emocional da lembrança” (Perrone, 2002, p. 102).

É bem verdade que, atualmente, as memórias daqueles que participaram ativamente do espaço público estão sendo esquecidas, assim como os fatos históricos que ameaçaram esse mesmo espaço. Todavia, quando se negligenciam os fatos históricos, corre-se o risco de não compreender o presente e de colocar o futuro sob ameaça. A memória pode ser comparada a um testamento, pois “o testamento, dizendo ao herdeiro o que será seu de direito, lega posses do passado para um futuro” (Arendt, 2016, p. 31).

Trazer esse processo de memória para o espaço público significa compartilhar as experiências daqueles que resistiram em tempos sombrios da esfera pública, assim como recordar os horrores que a humanidade enfrentou ao longo da história, como ditaduras e regimes totalitários. Ressalta-se que nem todos os narradores dessas experiências históricas as vivenciaram diretamente; porém, muitos relatos foram transmitidos por aqueles que vivenciaram e que, por não desejarem que tais

acontecimentos se repitam, garantiram a transmissão dessas memórias por meio da oratória e da escrita.

Como nos lembra Primo Levi (1988, p. 8), no prefácio de *É isto um homem?*: “A necessidade de contar ‘os outros’, de tornar ‘os outros’ participantes da história” permite que as memórias se tornem essenciais para a formação das gerações futuras, especialmente no que se refere à política, à construção e à preservação dos espaços públicos.

Sem consciência histórica sobre o nosso passado (e antepassados) não perceberíamos quem somos. Esta dimensão identitária – quem somos? – imerge no terreno de memórias históricas partilhadas. Por isso, o sentimento de identidade – entendida no sentido de imagem de si, para si e para os outros – aparece associado à consciência histórica, forma de nos sentirmos em outros que nos são próximos, outros que antecipam a nossa existência que, no que lhe concerne, antecipará a de outros. Ao assegurar um sentimento de continuidade no tempo e na memória (e na memória do tempo) a consciência histórica contribui, deste modo, para a afirmação de identidade – individual e coletiva (Pais, 1999, p. 1).

Percebemos que a memória está ligada às experiências transmitidas aos outros. Fazer memória é reconhecer que tivemos um passado. Recordar os fatos históricos por meio da memória não significa que estamos presos ao que já passou, mas sim que buscamos evitar a política do esquecimento. A política de esquecimento nos impede de construir, no tempo presente, uma política mais digna e adequada às necessidades atuais. Ao trazer a memória para o seio da esfera pública, somos conduzidos a um resgate da compreensão da experiência política, por mais dolorosa que tenha sido. Para Arendt,

Compreender não significa negar os fatos o chocante [...]. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós [...]. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, resistir a ela – qualquer que seja (Arendt, 1989, p. 12).

A política só terá sentido enquanto for retomada pela memória e pelo aprofundamento do pensamento, características próprias do ser humano. Para a autora, é possível resgatar sociedades que conseguiram compreender sua própria experiência política, como ocorreu com os clássicos. Essa possibilidade de resgate do passado abre portas para refletir sobre experiências políticas duradouras, de modo a transformá-las em soluções para os problemas atuais.

Considerações finais

A memória política é uma ação de combate ao esquecimento institucionalizado, passando pela elaboração de políticas públicas contra a violência e em favor dos direitos humanos, capazes de garantir à população brasileira o direito ao passado e, conseqüentemente, o direito à memória. Sem memória, torna-se impossível a ação humana no espaço público, necessária para lidar com as imprevisibilidades da condição humana. A participação da memória no espaço público é relevante por dois motivos: o primeiro é nos ajudar a compreender o passado para entendermos o presente; o segundo é possibilitar a lembrança da luta de homens e mulheres que se dedicaram ao bem público. É fato que vivemos tempos sombrios. Desde a eleição presidencial de 2018, enfrentamos um período em que a verdade é constantemente negada, e as *fake news* passaram a funcionar como política inverídica de manipulação da “verdade”.

Torna-se, portanto, fundamental delinear uma política de memória que torne público aquilo que a história oficial ocultou durante os períodos de repressão política, como o ocultamento de corpos na ditadura militar. Isso inclui o reconhecimento e a indenização das vítimas da repressão, assim como a responsabilização dos condenados que violaram direitos humanos. Para o povo brasileiro, é necessário incluir uma política de preservação do patrimônio cultural e histórico, garantindo a todos o direito ao passado e à cultura, reconhecendo os espaços memoriais.

Perante o exposto, nos confortam as palavras de Arendt, que adverte que em “tempos mais sombrios temos o direito de esperar alguma iluminação, que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos” (Arendt, 2008, p. 9). Essa iluminação é fruto da ação humana no espaço público, já que a cada ação realizada surge um novo impulso, e esse novo incentiva outros a agir, engajando-se na busca da felicidade pública.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 79, p. 95-111, dez./2007.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Schwarcz, 2008.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta, 1999.

DATENA, José Luiz. **Para Bolsonaro, não houve ditadura no Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-03/para-bolsonaro-nao-houve-ditadura-no-brasil>.

DECCA, Edgar. Memória e cidadania. Em: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 129-136.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

HOMERO. **Iliada**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

LASCOUMES, Pierre; LE GALES, Patrick. **Gouverner par des instruments**. Paris: Presses de Sciences, 2004.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Rei. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MARTÍN, Francisco David García. El dolor en el recuerdo: memoria, política y estética en el largometraje Hannah Arendt (2012), de Margarethe von Trotta. **Ética & Cine**, Córdoba, v. 14, n. 1, p. 25-37, mar./jun. 2024.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 14-26, ago./nov. 2010.

PAIS, José Machado. **Consciência histórica e identidade – os jovens portugueses num contexto europeu**. Oeiras: Celta, 1999.

PERRONE, Claudia. Políticas de memória e do esquecimento: as ruínas do sentido. Em: RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina (Orgs.). **Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia; Editora Te Cora, 2002. p. 101-110.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAILLANT, F. L'esclavage au Brésil: le travail du mouvement noir. **Ethnologie française**, v. XXXVII, n. 3, p. 457-466, 2007.

TCHIR, Trevor. **Hannah Arendt's Theory of Political Action: Daimonic, Disclosure, of the Who**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.

TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 235-246, 2007.

WINTER, Jay. Sites of Memory and the Shadow of War. Em: ERLI, A.; NÜNNING, A. (Eds.). **A Companion to Cultural Memory Studies**. Berlim: De Gruyter, 2010. p. 61-74.

Recebido: 15/07/2025
Aprovado: 20/10/2025